

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 037/2025

CONTRATANTE

Prefeitura Municipal de Mercês - MG

OBJETO

Contratação de empresa especializada para elaborar a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Mercês.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 82.888,67 (oitenta e dois mil e oitocentos e oitenta e oito reais e sessenta e sete centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 1º/12/25 (segunda-feira) às 09h (nove) horário de Brasília

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor Preço por item

MODO DE DISPUTA

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Sumário

1.	DO OBJETO.....	3
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
5.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	7
6.	DA FASE DE JULGAMENTO	10
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
8.	DOS RECURSOS	12
9.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	13
10.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	15
11.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	15

EDITAL nº 037/ 2025

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCÊS - MG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2025**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Mercês - MG, sediada à Rua São José, nº 120, Bairro Caxangá, nesta cidade de Mercês – MG, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é [a contratação de empresa especializada para elaborar a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico \(PMSB\) de Mercês](#), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em lote único, com menor preço por item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente cadastrados na Plataforma LICITANET, acessando o seguinte endereço: <https://www.licitanet.com.br>.

2.1.1. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4. A participação é preferencial a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), conforme planilha de itens do Termo de Referência.

2.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento diferenciado as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

2.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a

Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006. (se for o caso).

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação,

de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei Federal nº 14.133/2021](#), e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário do item;

4.1.2. Marca/ Modelo;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,01 (um centavo)*.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), nesta ordem:

5.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.18.2.2. empresas brasileiras;

5.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.2.1. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.2.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.6.1 e 3.6 deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.6.1. conter vícios insanáveis;
 - 6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.2.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.3 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).
- 7.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 7.5 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Portal LICITANET e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.5.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.6 A verificação no Portal LICITANET ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.7 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.7.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.7.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.8 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.9 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem.

7.10 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8 DOS RECURSOS

8.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

8.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.licitanet.com.br>

9 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5 fraudar a licitação

9.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2 Com fulcro na [Lei Federal nº 14.133/2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1 advertência;

9.2.2 multa;

9.2.3 impedimento de licitar e contratar e

9.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2 as peculiaridades do caso concreto

9.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4 A multa será recolhida em percentual de 10% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial:

9.4.1 Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

9.4.2 Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

9.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da

garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei Federal nº 14.133/2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: <https://www.licitanet.com.br>

10.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.mercês.mg.gov.br.

11.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1 ANEXO I - Minuta de Termo de Contrato

11.11.2 ANEXO II – Declaração Conjunta

11.11.3 Anexo III – Termo de Referência

Anexo III a) - Memorial Descritivo

11.11.3.1 Apêndice do Anexo III – Estudo Técnico Preliminar

Mercês, 10 de novembro de 2025.

Júlio Antônio do Nascimento
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Camila Esteves Terra
Procuradora Jurídica Municipal
OAB/MG 144.409

ANEXO I - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2025, QUE
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE
MERCÊS - MG E

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCÊS - MG, com sede à Rua São José, nº 120, Bairro Caxangá, na cidade de Mercês - MG, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 17.744.442/0001-45, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito Interino, o Sr. Carlos Henrique Faria da Silva, portador do CPF nº 330.910.056-15, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a **contratação de empresa especializada para elaborar a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Mercês**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
01	01	Serviço	Prestação de serviços técnicos profissionais visando elaborar a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Mercês/MG, em seus quatro eixos: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, manejo de resíduos sólidos, segundo a Política Nacional de Saneamento Básico – Lei Federal nº 11.445/2007 e o Marco Legal do Saneamento Básico – Lei Federal nº 14.026/2020.	R\$	R\$

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2 O Edital da Licitação;

1.3.3 A Proposta do contratado;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4 CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5 CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6 CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7 CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13/06/2025.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

8 CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021](#);

8.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9.1 A Administração terá o prazo de 10 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 dias.

8.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9 CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.9 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

10 CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII e XIII](#))

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei Federal nº 14.133/2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021](#));

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021](#));

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

iv. **Multa:**

1. moratória de 10.% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
2. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021](#))

11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

11.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei Federal nº 14.133/2021](#))

11.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

11.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei Federal nº 14.133/2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

11.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.10 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3 Indenizações e multas.

12.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada: 33.90.39.00.2.12.12.17.512.0019.2.0177 – Melhorias no sistema de Saneamento Básico.

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista na [Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1 Fica eleito o Foro de Mercês - MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Mercês – MG; de novembro de 2025.

Carlos Henrique Faria da Silva
Prefeito Interino
CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL
CNPJ nº
CONTRATADA

Testemunha:

1) _____
CPF nº _____

Testemunha:

2) _____
CPF nº _____

ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

ANEXO III – DECLARAÇÃO ÚNICA

....., inscrito no CNPJ sob o nº, endereço completo, neste ato representado por: nome e prenomes, nacionalidade....., estado civil....., profissão....., inscrito no CPF sob o nº., portador do RG nº....., tendo por endereço eletrônico....., com endereço institucional à, DECLARA, sob as penas da Lei que:

A) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

B) Cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

C) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

D) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

E) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

F) Para fins do disposto no Inciso III do Artigo 1º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, que cumpre os requisitos estabelecidos em seu Artigo 3º e está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido no Capítulo V – Seção Única daquela Lei Complementar. Declaro ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos Incisos do §4º do Artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006. () SIM | () NÃO.

G) Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, bem como não se acha declarado inidôneo ou suspenso do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, estando ciente da responsabilidade de declarar ocorrências posteriores.

H) Os dados para eventual celebração de contrato/ARP do(s) representante(s) legal(is) da empresa são:

NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito no CPF sob o nº, portador da C.I., órgão expedidor, endereço profissional.

I) Apresenta as seguintes informações de contato: endereço eletrônico e telefone, para envio de documentos e realização de contatos oficiais da Prefeitura Municipal de Mercês.

J) Apresenta os seguintes dados bancários:

Instituição Financeira: Agência: / Conta: / Variação:

Assume, ainda, inteira responsabilidade pela veracidade de todas as informações prestadas.

Local, data.

ASSINATURA



PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCÊS

MUNICÍPIO DE MERCÊS - MG
CNPJ nº 17.744.442/0001-45

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para elaborar a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Mercês.

1.1.1. Em atendimento às necessidades do departamento de Meio Ambiente, visando a prestação de serviços para atualização e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), abrangendo os quatro pilares do saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais urbanas) para o município, considerada uma prestação de serviços técnica e singular. Essa natureza especializada exige acompanhamento de profissionais especializados, tanto no que diz respeito à legislação ambiental quanto às normas técnicas que regem a implementação do sistema de saneamento básico em nível local, para suprir as demandas operacionais e administrativas da Administração Pública Municipal, conforme condições, quantitativos e exigências estabelecidas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e demais anexos e peças técnicas integrantes do processo.

1.1.2. Esta contratação é essencial para cumprir requisitos, princípios, diretrizes e instrumentos definidos pela legislação aplicável e nos programas de Políticas Públicas. O objetivo é atender às demandas do saneamento ambiental, aprimorando os serviços nesse setor no município. A iniciativa visa aprimorar a infraestrutura dos quatro eixos do saneamento básico.

1.1.3. A contratação da revisão do Plano Municipal de Saneamento de Mercês deve seguir rigorosamente as disposições contidas na Política Nacional de Saneamento Básico – Lei Federal nº 11.445/2007 e o Marco Legal do Saneamento Básico – Lei Federal nº 14.026/2020, assim como no cumprimento e atendimento à metodologia do Ministério das Cidades, abrangendo sempre os 4 (quatro) componentes/pilares do saneamento, através das especificações técnicas constantes do Memorial Descritivo, e complementadas pelas Normas nº 08 e nº 09/2024 da ANA e ARSAE.

1.2. O prazo de entrega dos bens e/ou serviços é de 06 (seis) meses, contados a partir da data de emissão e envio da Ordem de Compra ou Nota de Empenho via e-mail, expedida pelo Município de Mercês, podendo ser prorrogado, uma única vez e por igual período, mediante solicitação do fornecedor, desde que devidamente justificado pela empresa e se aceito pelo Município.

1.3. O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual, admitida a prorrogação motivada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.4. Redução mínima na fase de lances: 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) no valor do item.

1.5. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento dos bens e/ou serviços, através de ordem bancária e em nome da pessoa jurídica, conforme o cronograma de atividades executadas, desenvolvidas e APROVADAS.

1.6. O processo licitatório será de ampla participação e concorrência, tendo em vista que o valor de contratação supera o teto de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme inc. I, art. 48 da Lei Complementar Federal nº 147/2014. Contudo, haverá o empate ficto e a habilitação tardia a favor das MPE'S – Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

1.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da MPE, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme § 1º, art. 43 da Lei Complementar Federal nº 123/2006.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCÊS

MUNICÍPIO DE MERCÊS - MG
CNPJ nº 17.744.442/0001-45

2. DA JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Com um olhar mais atento para as necessidades da população mercesana e a importância de garantir um ambiente saudável para todos os cidadãos e munícipes, a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) é uma iniciativa crucial para fortalecer os serviços relacionados ao saneamento básico em nossa linda cidade. Este plano é essencial, abrangendo os pilares fundamentais do saneamento básico: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos, drenagem de águas pluviais urbanas. A elaboração desta revisão requer uma abordagem técnica e especializada, com profissionais capacitados em legislação ambiental e normas técnicas, garantindo a execução eficaz do sistema de saneamento básico em nosso município.

2.2. A contratação em análise é justificável e de extrema importância, satisfazendo integralmente o interesse público e respeitando as normas legais em vigor. Sua importância é notável para a população mercesana, pois é um direito assegurado que todo cidadão tenha acesso às condições adequadas de saneamento básico, garantindo assim um futuro mais sustentável e saudável para todos os cidadãos mercesanos.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens e/ou serviços a serem adquiridos podem ser classificados como de NATUREZA COMUM, por se tratarem de bens/serviços cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado e com base nos levantamentos realizados, a solução para atender o objeto desta contratação é a realização de processo licitatório, **na modalidade de pregão eletrônico**, critério de julgamento do tipo “menor preço unitário por item”, atendendo ao disposto na Lei de Licitações, regulamentado pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006 e o Regulamento Geral de Licitações do Município de Mercês.

4. DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

4.1. A empresa a ser contratada deverá ser da área de engenharia e do ramo de atividade, dispor de uma boa estrutura física, com aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, que atendam perfeitamente ao objeto a ser contratado, que tenha aptidão para executar o objeto supra descrito e em conformidade com a lei de licitações, seguindo rigorosamente as normas e padrões vigentes do CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e dentre outros, conforme o caso, atendendo eficazmente a sua finalidade, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor. Poderão participar da presente licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação, conforme o disposto no respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, assim como no atendimento a documentação de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. Quanto a documentação relativa à qualificação técnica, será necessário o registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional competente, mais especificamente junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou outro que esteja habilitado e apto através do Conselho Regional respectivo, com emissão obrigatória da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica dos serviços a serem executados, cujos requisitos são necessários para se obter uma contratação eficiente, de forma efetiva e satisfatória.

5. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

5.1. Habilitação Jurídica

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no



PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCÊS

MUNICÍPIO DE MERCÊS - MG
CNPJ nº 17.744.442/0001-45

Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

c) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

d) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

f) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

5.1.1. Declaração de que não existe fato impeditivo para participação da entidade em licitações públicas ou mesmo de contratar com o Poder Público, em qualquer das esferas;

5.1.2. Declaração de que recebeu e concorda com todas as condições estabelecidas pelo presente edital e documentos pertinentes e que obteve todas as condições para participar desta licitação, assinada pelo responsável legal da empresa;

5.1.3. Declaração de que não possui em seu quadro funcional menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou em qualquer trabalho;

5.1.4. Declaração de que assume inteira responsabilidade pela perfeita execução dos serviços prestados;

5.1.5. Declaração da proponente, de que assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos que foram apresentados, sob as penas da Lei;

5.1.6. Declaração de que manterá sigilo sobre todas as informações do Município de Mercês que serão levadas ao seu conhecimento visando à implantação do objeto desta licitação, sob pena de responsabilidade.

5.2. Qualificação Econômico-Financeira

5.2.1. Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo Distribuidor da sede da Pessoa Jurídica.

5.3. Habilitação Fiscal

5.3.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através da apresentação do Cartão do CNPJ atualizado;

5.3.2. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (ALVARÁ, CADASTRO MUNICIPAL OU ESTADUAL);

5.3.3. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedido pela Secretaria da Receita Federal (FEDERAL/INSS);

5.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através da apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda;

5.3.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal através da apresentação de Certidão Negativa de Tributos Municipais expedida pelo Município da Sede da Proponente;

5.3.6. Prova de regularidade para com o FGTS através da apresentação de Certidão de Regularidade do FGTS (CRF) expedida pela Caixa Econômica Federal;

5.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

5.4. Qualificação Técnica e Capacitação Técnico Profissional

5.4.1. Registro ou inscrição na entidade profissional competente, mediante apresentação da Certidão de



PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCÊS

MUNICÍPIO DE MERCÊS - MG
CNPJ nº 17.744.442/0001-45

Registro e Regularidade de situação junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia OU outro que esteja habilitado e apto através do Conselho Regional respectivo, da empresa licitante/pessoa jurídica, conforme as áreas de atuação, em plena validade;

5.4.2. Registro ou inscrição na entidade profissional competente, mediante apresentação da Certidão de Registro e Regularidade de situação junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia OU outro que esteja habilitado e apto através do Conselho Regional respectivo, dos responsáveis técnicos/pessoa física, conforme as áreas de atuação, em plena validade;

5.4.3. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada e em nome da empresa licitante/pessoa jurídica, relativo à execução de serviços semelhantes e compatíveis com o objeto da presente licitação, conforme especificações abaixo, relativos à experiência da empresa:

5.4.3.1. A comprovação da experiência da empresa será através da apresentação de atestados de capacidade técnica, que comprovem que a empresa tenha prestado, de maneira integral, os serviços pertinentes e compatíveis com o objeto deste termo, devendo ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

5.4.3.2. É obrigatório que a empresa licitante possua experiência na elaboração/revisão de Planos Municipais de Saneamento Básico, contendo todas as etapas solicitadas pela Lei Federal nº 11.445/2007 e seu Decreto Regulamentador nº 7.217/2010. Para comprovação, deverá ser apresentado no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica e cópia do Plano, cópia esta que poderá ser apresentada em digital;

5.4.3.3. Somente serão aceitos atestados de trabalhos a partir da vigência da regulamentação da Política Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007) pelo Decreto nº 7.217/2010;

5.4.3.4. Os atestados de capacidade técnica devem estar em nome da empresa; conter a especificação do serviço prestado; a data da prestação e término; bem como estar em papel timbrado ou com o logotipo; além de assinatura e qualificação do emitente;

5.4.3.5. Para o caso de consórcio, ao menos uma das empresas que o compõe deverá ter prestado consultoria na revisão de Planos Municipais de Saneamento Básico;

5.4.3.6. Diante da compreensão de ser uma atividade regida por legislação federal - Lei nº 11.445/2007, a experiência atestada com tal execução independe do Estado em que foi realizado o Plano;

5.4.4. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada e em nome dos responsáveis técnicos/pessoa física, relativo à execução de serviços semelhantes e compatíveis com o objeto da presente licitação, conforme especificações abaixo, relativos à experiência da equipe técnica:

5.4.4.1. A comprovação da experiência dos profissionais será através da apresentação de atestados de capacidade técnica, que comprovem que os profissionais tenham prestado, de maneira integral, os serviços pertinentes e compatíveis com o objeto deste termo, devendo ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

5.4.4.2. A Equipe Técnica deverá ser composta pelos seguintes perfis, nas respectivas áreas de trabalho e nas quantidades indicadas no quadro abaixo. Os profissionais deverão apresentar, OBRIGATORIAMENTE, experiência comprovada em pelo menos uma das respectivas áreas de trabalho:

PERFIL	DESCRIÇÃO / ÁREAS DE TRABALHO	EXPERIÊNCIAS
Coordenador	Profissional graduado em engenharia ambiental, sanitária ou civil, com especialização na área ambiental.	Experiência comprovada em coordenação de elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico.
Engenheiro	Profissional graduado em engenharia ambiental, sanitária ou civil.	Experiência comprovada em elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico.

5.4.4.3. O tempo de experiência é contabilizado a partir da graduação do profissional na formação indicada no Quadro acima;

5.4.4.4. Independente do grupo ou área de trabalho, todos os atestados de capacidade técnica apresentados para comprovação de experiência profissional deverão estar relacionados ao planejamento municipal do setor de



PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCÊS

MUNICÍPIO DE MERCÊS - MG
CNPJ nº 17.744.442/0001-45

saneamento básico;

5.4.4.5. Para eventuais substituições de membros da equipe técnica, o novo profissional deverá apresentar qualificação igual ou superior, devendo ser previamente aprovado pela CONTRATANTE;

5.4.4.6. Todos os prestadores, independentemente da natureza do vínculo, deverão comprovar a habilitação técnica por meio do registro no respectivo conselho de classe. Somente serão considerados válidos os registros dos profissionais em conselhos respectivos às graduações, a exemplo Serviço Social- CRESS, Engenheiro-CREA, Advogado-OAB, Biólogo-CRBio, Administrador-CRA, etc.;

5.4.4.7. Somente serão aceitos atestados de trabalhos a partir da vigência da regulamentação da Política Nacional de Saneamento Básico, Lei nº 11.445/2007 pelo Decreto nº 7.217/2010;

5.4.4.8. Os atestados de capacidade técnica devem estar em nome do profissional; conter a especificação do serviço prestado; a data da prestação e término; bem como estar em papel timbrado ou com o logotipo; além de assinatura e qualificação do emitente. Os atestados apresentados para a qualificação da empresa que contiverem os nomes dos profissionais serão considerados para habilitação destes;

5.4.4.9. Não são considerados experiência profissional os atestados de estágio ou trabalho voluntário, visto não caracterizarem responsabilidade técnica sobre o trabalho executado. Também não são aceitos atestados de participação em minicursos e oficinas, ainda que relacionadas ao tema, por não evidenciarem ação ou atividade no âmbito profissional;

5.5. Em todas as fases da licitação, quando não mencionado o prazo de validade das certidões, procurações, ou outro documento necessário, será considerado válido o documento emitido até 90 (noventa) dias, a contar da data da emissão, excetuados os documentos com prazo de vigência indeterminado.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens e/ou serviços é de 06 (seis) meses, contados a partir da data de emissão e envio da Ordem de Compra ou Nota de Empenho via e-mail, expedida pelo Município de Mercês.

6.1.1. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, uma única vez e por igual período, mediante solicitação do fornecedor, desde que devidamente justificado pela empresa e se aceito pelo Município.

6.1.2. O serviço deve ser entregue no Município de Mercês, Estado do Minas Gerais.

6.1.3. Os bens e/ou serviços deverão ser conferidos e aprovados pela Secretaria de Saneamento Básico, Energias Renováveis e Iluminação Pública, sempre que solicitado, conforme informações contidas neste Termo de Referência.

6.1.4. Os bens e/ou serviços deverão seguir as normas e padrões vigentes do CREA e dentre outros, conforme o caso, atendendo eficazmente a sua finalidade, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor, assim como na execução plena do Termo de Referência, Memorial Descritivo, legislações estadual e federal pertinentes e de acordo com a legislação brasileira vigente.

6.2. Os bens e/ou serviços serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, Memorial Descritivo e na Proposta de Preços.

6.3. Os bens e/ou serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, Memorial Descritivo e/ou na Proposta de Preços, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens e/ou serviços serão recebidos definitivamente após o aceite pelo responsável no verso da nota fiscal, após a verificação da qualidade e quantidade dos bens e/ou serviços e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCÊS

MUNICÍPIO DE MERCÊS - MG

CNPJ nº 17.744.442/0001-45

6.4.2. Após o recebimento definitivo, a Nota Fiscal/Fatura será encaminhada para os procedimentos que culminam no pagamento à empresa contratada.

6.4.3. Constatando que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas neste processo, ou ainda que não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a para que efetue a troca dentro do menor prazo possível.

6.4.4. O fornecedor está sujeito à fiscalização dos bens e/ou serviços no ato da entrega e posteriormente, reservando-se a esta Prefeitura Municipal, através do responsável, o direito de não receber o bem ou serviço, caso o mesmo não se encontre em condições satisfatórias ou no caso de o item de despesa não ser de primeira qualidade. A substituição dos bens ou serviços constatados inadequados ao seu perfeito funcionamento deverá ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da formalização da rejeição cujos motivos podem ser: serviços fora dos padrões, erro quanto ao serviço solicitado, serviços de má qualidade, não atendimento às normas do CREA e dentre outras, conforme o caso, e dentre outros que possam prejudicar o rendimento e qualidade dos bens e/ou serviços.

6.4.5. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a troca do objeto recusado, o órgão solicitante dará ciência à Comissão de recebimento de Gestão de Contratos, através de Comunicação Interna – C.I, a fim de que se proceda a abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na lei de licitações e alterações posteriores, para aplicação das penalidades previstas neste processo.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no processo e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens e/ou serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do processo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no processo e seus anexos;

7.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados; e

7.1.7. Acompanhar e fiscalizar o efetivo cumprimento e atendimento à metodologia do Ministério das Cidades/ ARSAE/ ANA, com a participação da Comunidade mercesana através de audiências públicas e aprovação pelo Poder Legislativo Municipal (Câmara de Vereadores) abrangendo sempre os 4 (quatro) componentes/pilares do saneamento.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no processo, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto



PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCÊS

MUNICÍPIO DE MERCÊS - MG
CNPJ nº 17.744.442/0001-45

e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, Memorial Descritivo e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal eletrônica e das certidões negativas exigidas por lei, como comprovação da regularidade fiscal e trabalhista para com as Fazendas Municipal, Estadual, Federal, FGTS e Trabalhista, assim como na emissão e recolhimento das ART's – Anotações de Responsabilidade Técnica;

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato; e

a) Cumprir e atender à metodologia do Ministério das Cidades/ ARSAE/ ANA, abrangendo os componentes/pilares do saneamento, onde destacamos:

Critério	Exigência ARSAE/ANA
Metas Progressivas até 2033	Obrigatórias para IAA, ICA, IAE, ICE
Indicadores de Nível I (qualidade e eficiência)	Obrigatórios (perdas, DBO, coliformes, intermitência)
Inclusão nos contratos de prestação de serviços	Exigido pela Norma nº 9/2024
Data limite para envio à ARSAE	Até 30 de junho/2025 (metas de universalização); 2026 (indicadores)
Uso da base RG01 e RG03	Fornecidas pela ARSAE para diagnóstico e metas

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens e/ou serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCÊS

MUNICÍPIO DE MERCÊS - MG
CNPJ nº 17.744.442/0001-45

11.1. O pagamento será realizado conforme cronograma financeiro estabelecido no Memorial Descritivo deste processo, após a entrega dos bens e/ou serviços, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado e em nome da pessoa jurídica.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, constatada por meio de consulta on-line ou mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3.1. Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta à situação de regularidade fiscal e trabalhista para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no processo.

11.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCÊS

MUNICÍPIO DE MERCÊS - MG
CNPJ nº 17.744.442/0001-45

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

_ TX = Percentual da taxa anual = 6%

11.14. O Cronograma de desembolso seguirá a tabela abaixo relacionada, conforme os produtos correlacionados a sua conclusão, e na respectiva aplicação dos recursos financeiros. O pagamento da prestação de serviços será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar do aceite do documento fiscal, desde que o(s) objeto(s) esteja(m) em conformidade com o solicitado pelo Município e o quadro abaixo.

Metas	Aplicação dos recursos financeiros
Produto 1: Relatório contendo a definição Metodológica e estratégia de Mobilização Social para revisão do PMSB.	10%
Produto 2: Relatório do Diagnóstico da Situação dos Serviços Municipais de Saneamento Básico.	20%
Produto 3: Relatório do Prognóstico revisado com objetivos e metas para universalização dos serviços de saneamento básico.	40%
Produto 4: Relatório contendo a revisão dos Programas, ações e projetos necessários para alcance dos objetivos e metas estabelecidos no Prognóstico.	
Produto 5: Relatório com a revisão das principais ações emergenciais.	
Produto 6: Relatório com mecanismos e procedimentos de controle social e instrumentos para o monitoramento e avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas.	30%
Produto 7: Documento síntese do Plano, audiências públicas com a participação da comunidade/sociedade, relatório final da revisão do Plano de Saneamento e minuta de lei, com a aprovação pelo Poder Legislativo.	

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice inflacionário (INPC).

12.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente



PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCÊS

MUNICÍPIO DE MERCÊS - MG

CNPJ nº 17.744.442/0001-45

tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, tendo em vista que o risco implicado no recebimento pela Administração Pública, nesta situação, é relativamente muito baixo, de multas por descumprimento do contrato. Por outro lado, torna mais fácil a execução das multas e demais penalidades financeiras aplicadas sobre o contratado por descumprimento do contrato, reforçando desta forma, que o contratado cumpra adequadamente o contrato, e evitando, assim, tanto quanto possível, as consequências financeiras que decorrem do descumprimento contratual.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. As sanções administrativas serão executadas conforme os termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e posteriores atualizações, e conforme minuta de contrato padrão desta Municipalidade.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

15.1. O valor total máximo aceitável para a presente contratação é de **R\$ 82.888,67 (oitenta e dois mil e oitocentos e oitenta e oito reais e sessenta e sete centavos)**, conforme a tabela abaixo relacionada.

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
01	01	Serviço	Prestação de serviços técnicos profissionais visando elaborar a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Mercês/MG, em seus quatro eixos: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, manejo de resíduos sólidos, segundo a Política Nacional de Saneamento Básico – Lei Federal nº 11.445/2007 e o Marco Legal do Saneamento Básico – Lei Federal nº 14.026/2020.	R\$ 82.888,67	R\$ 82.888,67

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

33.90.39.00.2.12.12.17.512.0019.2.0177 – Melhorias no sistema de Saneamento Básico.

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Mercês, 20 de maio de 2025.

Luiz Carlos de Castro
Chefe do Departamento de Meio Ambiente



MEMORIAL DESCRITIVO

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1. Contratação de empresa especializada para elaborar a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Mercês, segundo a Política Nacional de Saneamento Básico – Lei Federal nº 11.445/2007 e o Marco Legal do Saneamento Básico – Lei Federal nº 14.026/2020, em seus eixos: abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana.

1.2. O PMSB deverá contemplar os quatro eixos:

- Abastecimento de água potável;
- Esgotamento sanitário;
- Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas;
- Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

1.3. O plano vigente, elaborado em 2013, encontra-se defasado e necessita de atualização para atender às normas atuais, às Normas de Referência ANA nº 08/2024 e nº 09/2024 e às exigências da Arsae-MG (Ofício Circular nº 53/2025), que determinam a inclusão de metas progressivas de universalização e indicadores operacionais.

2. CARACTERÍSTICAS EXIGIDAS

2.1. Atendimento a Lei de Saneamento, que estabelece a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico em prazo não superior a dez anos. Os Planos são instrumentos do planejamento municipal e, por isso, devem ser mantidos atualizados mediante revisões periódicas, objetivando avaliar os êxitos e insucessos mensurados e promovendo adequações diante de novas possíveis realidades e futuros cenários.

2.2. O departamento de Meio Ambiente não possui, na totalidade, a equipe necessária para apoiar a prefeitura na revisão de seu Plano Municipal de Saneamento Básico, objetiva-se a partir desta contratação suplementar e fortalecer a equipe já existente no município para este fim.

3. FUNDAÇÃO E DIRETRIZES

3.1. Para apoio na revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Mercês/MG, a CONTRATADA deverá pautar-se pelos pressupostos deste documento, pelos princípios, diretrizes e instrumentos definidos na legislação aplicável e nos Programas e Políticas Públicas com interface ao Saneamento Básico e Resíduos Sólidos, em particular:

- a) Lei Federal nº 14.026/2020 - Marco Legal do Saneamento Básico;
- b) Lei nº 11.445/07 – Política Nacional de Saneamento Básico;
- c) Lei nº 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- d) Normas 8 e 9/ 2024 – ANA e demais Resoluções;
- e) Guia Prático de atualização do Plano de saneamento Básico;
- f) Conceitos para atualização dos Planos de Saneamento Básico.
- g) Termo de Referência Funasa (2020);



PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCÊS

MUNICÍPIO DE MERCÊS - MG
CNPJ nº 17.744.442/0001-45

- h) Diretrizes do Ministério das Cidades;
- i) Planos setoriais já elaborados pelo Município de Mercês.

3.2. Além desses dispositivos, devem ser considerados, quando já formulados, os seguintes normativos de cenário local e regional: Lei Orgânica Municipal, Plano Diretor do Município, Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os bens e/ou serviços a serem adquiridos podem ser classificados como de NATUREZA COMUM, por se tratarem de bens/serviços cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

4.2. Os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste Memorial Descritivo e no respectivo Edital.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. DA DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO / ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. A revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Mercês/MG engloba no mínimo os componentes:

- Atualização dos diagnósticos dos quatro eixos do saneamento;
- Definição de metas progressivas de universalização (99% água e 90% esgoto até 2033);
- Inclusão de indicadores (IAA, ICA, IAE, ICE e indicadores de Nível I);
- Programação de investimentos e fontes de financiamento;
- Criação de mecanismos de monitoramento, avaliação e controle social.

5.1.1. Considerando que o Município de Mercês elaborou em 2025 o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), atualmente em análise pela Procuradoria Municipal e com posterior envio à Câmara Municipal para aprovação de lei que dispõe sobre a Política Municipal de Resíduos Sólidos (PMRS), a revisão do PMSB fará a devida integração deste plano setorial já elaborado, evitando sobreposição e assegurando coerência entre os instrumentos de planejamento.

5.2. DESCRIÇÃO DETALHADA DAS FASES E ETAPAS

• **Produto 1: Plano de Trabalho e Plano de Comunicação e Mobilização Social (PCMS):**

Serão definidas as etapas e metodologias que nortearão a revisão do PMSB de Mercês – MG. No PCMS, serão especificadas as metodologias, ferramentas e procedimentos para engajamento social durante todo o processo, com o objetivo de sensibilizar a sociedade civil e promover sua corresponsabilidade no planejamento, execução e acompanhamento da revisão do plano.

• **Produto 2: Relatório de Caracterização Municipal**

Revisão da caracterização do município nos aspectos que influenciam os serviços de saneamento básico, com base em levantamentos de campo e análise de dados oficiais, permitindo a construção de um panorama abrangente da realidade local.

• **Produto 3: Relatório de Diagnóstico Setorial (água, esgoto, drenagem, resíduos)**

Atualização dos diagnósticos dos quatro componentes do saneamento básico, incluindo infraestrutura existente e aspectos institucionais, legais, orçamentários e financeiros. Os diagnósticos contemplarão:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCÊS

MUNICÍPIO DE MERCÊS - MG
CNPJ nº 17.744.442/0001-45

abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; drenagem e manejo de águas pluviais urbanas; e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (conforme Plano de resíduos sólidos existente).

Serão realizadas visitas técnicas e reuniões com o titular e prestadores de serviços.

Também serão coletadas as informações exigidas pelo Ministério das Cidades para preenchimento do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SINISA).

Ao final desta etapa, será promovido um seminário local com participação aberta à comunidade.

- **Produto 4: Relatório de Prognóstico (cenários e metas progressivas)**

Serão estabelecidas proposições sob a forma de programas, projetos e ações, com base nas especificidades locais e alinhadas às metas nacionais do PLANAB e às metas estaduais, além da ARSAE/ANA.

Essa fase incluirá estudos populacionais, análises institucionais, jurídicas e econômico-financeiras, e proposições para cada componente do saneamento.

As propostas serão consolidadas em novo seminário local aberto à participação da população.

- **Produto 5: Versão Preliminar da Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico**

Entrega da versão preliminar do PMSB revisado à Prefeitura para análise. Após a pré-aprovação, o documento será disponibilizado para consulta pública. Finalizado o período de consulta, será realizada audiência pública para apresentação e validação do plano.

- **Produto 6: Versão Final da Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico**

Após a audiência pública, todas as contribuições e ajustes pertinentes ao Produto 5 serão incorporados. A versão final será entregue em até 30 (trinta) dias corridos.

6. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS

Os produtos de cada etapa deverão ser entregues em formato digital, liberados para edição. Os textos devem ser entregues no editor de textos compatíveis com: Microsoft Word® ou Open Office, as planilhas eletrônicas devem ser entregues nos programas: Microsoft Excel® ou Open Office. Os desenhos e traçados sugeridos deverão ser entregues em AutoCAD® ou outro compatível. A base cartográfica, ou seja, os arquivos digitais utilizados para revisão dos mapas apresentados deverão ser entregues em formato shapefile, no sistema de referência SIRGAS2000, coordenadas geográficas. Caso haja dados assim gerados, para cada arquivo digital shapefile deve ser apresentado o metadado, discriminando os seguintes itens: descrição geral da representação geográfica escala, ano, responsável, sistema de referência e fonte.

Para a entrega de outros tipos de documento, deverá ser realizada consulta à CONTRATANTE para que esta identifique qual formato do arquivo digital. Os relatórios finais (PMSB e mobilização) deverão ser entregues em duas vias para a Prefeitura de Mercês e duas em capa dura customizada com identificação do produto do município.

7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

Será disponibilizado a contratada, cópia do Plano de Saneamento que deverá ser atualizado, assim como demais dados pertinentes. A contratante não tem responsabilidade com os demais dados a serem pesquisados e verificados, sendo responsabilidade da contratada.

8. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCÊS

MUNICÍPIO DE MERCÊS - MG
CNPJ nº 17.744.442/0001-45

Local de prestação do serviço:

Município:	Mercês / MG
Área territorial:	352,8 km ²
População:	10.373hab. (Censo IBGE/2022)
Municípios limítrofes:	<ul style="list-style-type: none">• Ao Norte: Alto Rio Doce e Dolores do Turvo.• Ao Sul: Aracitaba, Paiva e Tabuleiro.• Ao Leste: Silveirânia e Rio Pomba.• A Oeste: Desterro do Melo e Santa Bárbara do Tugúrio.

8.1. O trabalho abrange a sede municipal, suas vilas rurais e pontos turísticos selecionados pela Prefeitura Municipal para serem objeto desta revisão de PMSB, atendidos pela municipalidade.

8.2. Os prazos para entrega dos produtos são contados a partir da data estabelecida na Ordem de Início de Serviços.

Quadro 3 – Cronograma sugestivo dos períodos de cada etapa.

Etapa	Mês					
	1º	2º	3º	4º	5º	6º
1 – Coordenação, participação social e comunicação	x					
2 – Diagnóstico dos sistemas de saneamento básico	x	x	x			
3 – Prognósticos e alternativas para a universalização, condicionantes, Diretrizes, Objetivos e Metas.			x	x	x	
4 – Programas, projetos e ações.			x	x	x	
5 – Ações de emergência e contingência			x	x	x	
6 – Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações.			x	x	x	
7 – Audiência Pública de aprovação do PMSB					x	x

8.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. DO PAGAMENTO OU CRONOGRAMA DE DESEMBOLSOS PELAS ATIVIDADES REALIZADAS (FÍSICO/FINANCEIRO)

9.1. O pagamento da prestação de serviços será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar do aceite do documento fiscal, desde que o(s) objeto(s) esteja(m) em conformidade com o solicitado pelo Município e o quadro abaixo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCÊS

MUNICÍPIO DE MERCÊS - MG
CNPJ nº 17.744.442/0001-45

Quadro 4 – Cronograma de desembolso

Metas	Aplicação dos recursos Financeiros
Produto 1: Relatório contendo a definição Metodológica e estratégia de Mobilização Social para revisão do PMSB.	10%
Produto 2: Relatório do Diagnóstico da Situação dos Serviços Municipais de Saneamento Básico.	20%
Produto 3: Relatório do Prognóstico revisado com objetivos e metas para universalização dos serviços de saneamento básico.	40%
Produto 4: Relatório contendo a revisão dos Programas, ações e projetos necessários para alcance dos objetivos e metas estabelecidos no Prognóstico.	
Produto 5: Relatório com a revisão das principais ações emergenciais.	
Produto 6: Relatório com mecanismos e procedimentos de controle social e instrumentos para o monitoramento e avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas.	
Produto 7: Documento síntese do Plano, Audiência Pública, relatório final da revisão do Plano de Saneamento e minuta de lei.	30%

Mercês, 20 de maio de 2025.

Luiz Carlos de Castro
Chefe do Departamento de Meio Ambiente



PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCÊS

MUNICÍPIO DE MERCÊS - MG
CNPJ nº 17.744.442/0001-45

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

1. Da Unidade Requisitante

1.1. Departamento de Meio Ambiente – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

2. Introdução e Fundamentação

2.1. Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo aprofundar o conhecimento sobre o problema a ser resolvido, para que então seja definida a solução mais adequada às necessidades da Administração, considerando o interesse público, os objetivos estratégicos da instituição, as opções do mercado, que pode ser a contratação de um serviço, a aquisição de um bem, a realização de uma obra, ou até mesmo a execução direta do objeto pelo próprio órgão/entidade. Com efeito, as seguintes normativas servirão como escopo norteador desta etapa do planejamento.

2.2. Fundamenta-se na descrição da necessidade de contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público, conforme Art. 18, § 1º Inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece normas de Licitações e Contratos Administrativos e Art. 9º, inciso I da IN 58/2022.

3. Objeto de estudo

3.1. O propósito deste Estudo Técnico Preliminar é analisar a real necessidade de contratar a prestação de serviços especializados visando a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Mercês. A legislação atual exige a revisão periódica dos planos, com participação da sociedade e aprovação pelo Poder Legislativo Municipal.

§ 4º Os planos de saneamento básico serão revistos periodicamente, em prazo não superior a 10 (dez) anos. (Lei nº 14.026/2020).

3.1.1. Considerando a importância do Plano Municipal de Saneamento Básico para a melhoria da qualidade de vida da população e para a preservação do meio ambiente, é fundamental garantir que esteja atualizado e alinhado com as necessidades da comunidade mercesana. A revisão periódica permite identificar novos desafios e oportunidades, bem como avaliar a eficácia das ações propostas no plano anterior. Dessa forma, a contratação de serviços especializados para revisão pode contribuir significativamente para a eficácia e sustentabilidade das políticas públicas de saneamento básico em nosso município.

Por meio da Norma de Referência nº 08/2024, aprovada pela Resolução ANA nº 192/2024, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) estabeleceu que a Arsae - MG deverá publicar, até 10 de maio de 2025, “a relação de municípios que adotaram, em seus planos de saneamento básico, os indicadores e metas progressivas para o acompanhamento da universalização” (Artigo 31, § 2, inciso III). Complementarmente, as Normas de Referência nº 08 e nº 09/2024, aprovada pela Resolução ANA nº 211/2024, estabeleceu que a Arsae - MG deverá também publicar, até 23 de março de 2026, “a relação de municípios que adotaram em seus planos de saneamento básico os indicadores Nível I e suas metas progressivas” (Artigo 27, inciso II).

4. Descrição da necessidade

4.1. É uma necessidade que vem com o objetivo de fortalecer os serviços relacionados ao saneamento básico. Nesse contexto, destaca-se a importância da prestação de serviços em análise, que se concentra na elaboração da revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). Este plano abrange os pilares do saneamento básico: abastecimento de água, esgotamento sanitário, e drenagem e águas pluviais urbanas para o município. Tal prestação de serviços é considerada técnica e singular, exigindo a supervisão de profissionais especializados com conhecimento em legislação ambiental e em normas técnicas relacionadas à implementação do sistema de saneamento básico em âmbito local.

4.2. Com um olhar mais atento para as necessidades da população mercesana e a importância de garantir um ambiente saudável para todos os cidadãos e munícipes, a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) é uma iniciativa crucial para fortalecer os serviços relacionados ao saneamento básico em nossa linda cidade. Este plano é essencial, abrangendo os pilares fundamentais do saneamento básico. A elaboração desta revisão requer uma abordagem técnica e especializada, com profissionais



PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCÊS

MUNICÍPIO DE MERCÊS - MG
CNPJ nº 17.744.442/0001-45

capacitados em legislação ambiental e normas técnicas, garantindo a execução eficaz do sistema de saneamento básico em nosso município. Juntos, podemos trabalhar para promover um ambiente mais saudável e sustentável para todos os habitantes.

4.3. O objeto em questão é fundamental para atender aos requisitos da lei, princípios, diretrizes e instrumentos estabelecidos pela legislação vigente e pelos programas de Políticas Públicas. O propósito é satisfazer as necessidades do saneamento ambiental, melhorando os serviços nesse âmbito municipal, cuja iniciativa busca aprimorar a infraestrutura dos quatro pilares do saneamento básico. A qualidade de vida na sociedade só é possível com o respeito ao meio ambiente, porque depende de saneamento básico, cujos pilares se convergem e relacionam entre si.

4.4. A revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) tem como objetivos corrigir distorções, aprimorar propostas e alinhar metas e ações do Plano à realidade verificada no processo de Acompanhamento e Avaliação. Além disso, visa identificar metas que não foram ou não serão alcançadas, analisar os motivos, designar responsáveis e considerar alternativas, avaliando seus impactos em termos de prazo e custo. Da mesma forma, busca-se identificar se os investimentos previstos não foram ou não serão executados conforme planejado, avaliar as razões, atribuir responsabilidades e avaliar propostas alternativas, considerando seus impactos também em termos de prazo e custo. A revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico é uma etapa fundamental para garantir que as medidas propostas estejam alinhadas com a realidade e as necessidades da comunidade. Ao corrigir distorções e aprimorar propostas, o objetivo é assegurar que as metas estabelecidas sejam alcançadas de forma eficiente e eficaz. Identificar possíveis desvios, analisar suas causas e atribuir responsabilidades são passos essenciais para garantir a efetividade do plano. Adotar alternativas e avaliar seus impactos são práticas importantes para ajustar o planejamento e garantir que os investimentos sejam realizados de maneira adequada. Dessa forma, a revisão do PMSB se mostra como um instrumento vital para promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população.

5. Justificativa da contratação

5.1. Esses planos são essenciais para o planejamento municipal e, portanto, devem ser atualizados regularmente para avaliar os progressos e desafios enfrentados, e fazer os ajustes necessários e conforme as novas realidades e cenários futuros.

5.2. O município não dispõe de todo o pessoal técnico necessário para colaborar com a prefeitura municipal na revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico. Assim, visando oferecer suporte integral à cidade de Mercês/MG, pretende-se, por meio desta contratação, reforçar a equipe existente na Secretaria para cumprir esse propósito. Dessa forma, é essencial que a empresa contratada possua experiência na área de saneamento básico e estejam comprometidos com a melhoria da qualidade de vida da população. Com a união e soma dos esforços, será possível realizar uma revisão completa e eficiente do Plano Municipal de Saneamento Básico, garantindo assim um futuro mais sustentável e saudável para todos os cidadãos Mercesano.

5.3. Nesse contexto, é essencial ter uma equipe multidisciplinar qualificada, formada por engenheiros ambientais, sanitaristas, geógrafos e dentre outros técnicos especialistas na área. Além disso, a participação ativa da comunidade local durante a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico é crucial para garantir que as necessidades e solicitações da população sejam adequadamente levadas em conta e de fato atendidas.

5.4. A adoção de práticas sustentáveis e inovadoras, combinadas com tecnologias de vanguarda, pode desempenhar um papel crucial na melhoria da qualidade de vida dos residentes locais, além de fomentar a preservação ambiental e aprimorar a saúde pública. Nesse sentido, a elaboração da revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico transcende as questões meramente técnicas, transformando-se em uma ferramenta fundamental para o progresso sustentável e o bem-estar da coletividade como um todo. A revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico não visa apenas aprimorar a infraestrutura local, mas também promover a conscientização ambiental e a participação ativa da comunidade na busca por soluções sustentáveis. Cada passo dado em direção a um desenvolvimento sustentável é um investimento no bem-estar das gerações presentes e futuras. Juntos, podemos construir um mundo melhor, onde a harmonia entre o progresso e a preservação ambiental seja uma realidade tangível e duradoura.

5.5. A contratação em análise é justificável e de extrema importância, satisfazendo integralmente o interesse público e respeitando as normas legais em vigor. Sua importância é notável para a população



PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCÊS

MUNICÍPIO DE MERCÊS - MG
CNPJ nº 17.744.442/0001-45

mercesana, pois é um direito assegurado que todo cidadão tenha acesso às condições adequadas de saneamento básico, de modo a atender as necessidades operacionais da Administração Pública Municipal.

5.6. Assim, a abertura do atual processo licitatório encontra-se devidamente justificada, com a identificação clara do interesse público.

6. Requisitos da contratação

6.1. A empresa a ser contratada deverá ser da área de engenharia e do ramo de atividade, dispor de uma boa estrutura física, com aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, que atendam perfeitamente ao objeto a ser contratado, que tenha aptidão para executar o objeto supra descrito e em conformidade com a lei de licitações, seguindo rigorosamente as normas e padrões vigentes do CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e dentre outros, conforme o caso, atendendo eficazmente a sua finalidade, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor. Poderão participar da presente licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação, conforme o disposto no respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, assim como no atendimento a documentação de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. Quanto a documentação relativa à qualificação técnica, será necessário o registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional competente, mais especificamente junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou outro que esteja habilitado e apto através do Conselho Regional respectivo, com emissão obrigatória da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica dos serviços a serem executados, cujos requisitos são necessários para se obter uma contratação eficiente, de forma efetiva e satisfatória.

7. Execução do objeto e cronograma de desembolso

7.1. O objeto será executado conforme as instruções abaixo discriminadas e de acordo com as especificações técnicas constantes do Memorial Descritivo em anexo, e complementadas pelas Normas nº 08 e nº 09/2024 da ANA.

7.1.1.A entrega do objeto supracitado deverá ser realizada em conformidade com as quantidades solicitadas, obedecidas, outrossim, obrigatoriamente, suas respectivas especificações técnicas e características. Iniciadas tão logo seja providenciada a assinatura da Minuta do Contrato, de acordo com as necessidades do Município e emitida as notas de empenho pela Secretaria Solicitante.

7.1.2.A entrega do objeto deverá se dar conforme cronograma estabelecido no Memorial Descritivo, a contar a partir do recebimento, pelo fornecedor, da Nota de Empenho.

7.1.2.1. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, uma única vez e por igual período, mediante solicitação do fornecedor, desde que devidamente justificado pela empresa e se aceito pelo Município.

7.1.3.Os serviços deverão ser realizados pela Contratada seguindo rigorosamente as especificações técnicas solicitadas, correndo por conta da empresa todos os custos e despesas diretas e indiretas decorrentes da execução e entrega do objeto contratado.

7.1.4.A Contratada deverá esclarecer previamente as dúvidas a respeito do objeto entregue, ficando as suas expensas, eventual compreensão dos serviços. A não realização de esclarecimentos, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento do objeto, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos bens e/ou serviços licitados, devendo a Contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.1.5.A recusa formal da aceitação da Nota de Empenho, por parte da Contratada, justificada ou não, implica em possível notificação à empresa.

7.1.6.A Secretaria solicitante, em conjunto com o Setor de Engenharia, realizará todas as conferências e análises necessários, usando técnicos próprios na presença ou não de preposto da contratada, para verificar a plena execução do objeto.

7.1.7.A Contratada deverá cumprir e atender à metodologia do Ministério das Cidades/ ARSAE/ ANA, abrangendo os componentes/pilares do saneamento, onde destacamos:

Critério	Exigência ARSAE/ANA
----------	---------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCÊS

MUNICÍPIO DE MERCÊS - MG
CNPJ nº 17.744.442/0001-45

Metas Progressivas até 2033	Obrigatórias para IAA, ICA, IAE, ICE
Indicadores de Nível I (qualidade e eficiência)	Obrigatórios (perdas, DBO, coliformes, intermitência)
Inclusão nos contratos de prestação de serviços	Exigido pela Norma nº 9/2024
Data limite para envio à ARSAE	Até 30 de junho/2025 (metas de universalização); 2026 (indicadores)
Uso da base RG01 e RG03	Fornecidas pela ARSAE para diagnóstico e metas

7.1.8. O Cronograma de desembolso seguirá a tabela abaixo relacionada, conforme os produtos correlacionados a sua conclusão, e na respectiva aplicação dos recursos financeiros. O pagamento da prestação de serviços será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar do aceite do documento fiscal, desde que o(s) objeto(s) esteja(m) em conformidade com o solicitado pelo Município e o quadro abaixo.

Metas	Aplicação dos recursos financeiros
Produto 1: Relatório contendo a definição Metodológica e estratégia de Mobilização Social para revisão do PMSB.	10%
Produto 2: Relatório do Diagnóstico da Situação dos Serviços Municipais de Saneamento Básico.	20%
Produto 3: Relatório do Prognóstico revisado com objetivos e metas para universalização dos serviços de saneamento básico.	40%
Produto 4: Relatório contendo a revisão dos Programas, ações e projetos necessários para alcance dos objetivos e metas estabelecidos no Prognóstico.	
Produto 5: Relatório com a revisão das principais ações emergenciais.	
Produto 6: Relatório com mecanismos e procedimentos de controle social e instrumentos para o monitoramento e avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas.	
Produto 7: Documento síntese do Plano, audiências públicas com a participação da comunidade/sociedade, relatório final da revisão do Plano de Saneamento e minuta de lei, com a aprovação pelo Poder Legislativo.	30%

8. Relação entre a demanda prevista e a quantidade de cada item

8.1. A demanda prevista e os seus respectivos quantitativos foram estudados e confrontados com a real necessidade da Municipalidade. Trata-se da contratação de serviços técnicos profissionais na área de engenharia e afins visando a elaboração da revisão dos planos de saneamento, que fazem parte de um conjunto de melhorias e investimentos extremamente necessários e que se justificam pela grande valia que devemos dar em prol do desenvolvimento do saneamento ambiental e da qualidade de vida da população.

8.1.1. A composição e quantitativo estimado dos itens foi obtido com base na natureza das demandas, peculiaridade do uso, controle, eficiência na consecução dos objetivos propostos e economicidade para os cofres públicos.

RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE A SER CONTRATADA

Item	Especificações	Unidade	Demanda Prevista	Quantidade Contratada
01	Prestação de serviços técnicos profissionais visando elaborar a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Mercês/MG, em seus eixos: abastecimento de água,	Serviço	01	01



PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCÊS

MUNICÍPIO DE MERCÊS - MG
CNPJ nº 17.744.442/0001-45

	esgotamento sanitário, drenagem urbana, segundo a Política Nacional de Saneamento Básico – Lei Federal nº 11.445/2007 e o Marco Legal do Saneamento Básico – Lei Federal nº 14.026/2020, das Normas de Referência nº 8 e 9 de 2024 pela ANA (referenciadas pela ARSAE-MG).			
Relação entre a demanda prevista e a quantidade contratada			01	01

9. Levantamento de mercado

A cotação de preços deverá ser realizada junto a empresas atuantes no mercado.

10. Justificativas da escolha dos itens a contratar

10.1. O item selecionado atende de forma eficaz, especialmente no que se refere aos serviços de saneamento ambiental, com foco na legislação federal e segundo a Política Nacional de Saneamento Básico – Lei Federal nº 11.445/2007 e o Marco Legal do Saneamento Básico – Lei Federal nº 14.026/2020. Com isso, a comunidade mercesana como um todo colherá os frutos de um ambiente mais saudável, limpo e equilibrado, promovendo o bem-estar coletivo e a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras.

10.2. Estes serviços, alinhados perfeitamente ao Interesse Público e ao princípio da coletividade, acerca das atividades de saneamento básico, sendo discutido em reuniões com a equipe técnica para garantir a conformidade com as leis atuais. Assim, a seleção deste item está em total consonância com o plano de trabalho deste município e segue as diretrizes estabelecidas pela Lei de Licitações.

11. Estimativas preliminares dos preços

11.1. Estimativas preliminares do preço dos itens a contratar serão feitas com base no levantamento prévio de mercado, no intuito de apoiar a análise de viabilidade da contratação, em especial com respeito à relação de custo-benefício da contratação, através da prestação de serviços técnicos profissionais visando elaborar a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Mercês/MG, em seus três eixos: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, segundo a Política Nacional de Saneamento Básico – Lei Federal nº 11.445/2007 e o Marco Legal do Saneamento Básico – Lei Federal nº 14.026/2020. Para o quarto eixo, manejo de resíduos sólidos, o município conta com plano próprio, sendo excluído desde serviço em tela.

11.2. O levantamento de mercado prévio, que consiste na análise das alternativas possíveis e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, com base no inciso V do § 1º do art. 18 da Lei Federal 14.133/2021. Realizamos uma pesquisa preliminar, a fim de levantar o preço estimado/aproximado para o processo licitatório.

12. Levantamento Prévio de Mercado

Item	Especificações	Unidade	Valor unitário
1	Prestação de serviços técnicos profissionais visando elaborar a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Mercês/MG, em seus eixos: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, segundo a Política Nacional de Saneamento Básico – Lei Federal nº 11.445/2007 e o Marco Legal do Saneamento Básico – Lei Federal nº 14.026/2020, conforme Memorial Descritivo, e as Normas de Referência nº 8 e 9 de 2024 pela ANA (referenciadas pela ARSAE-MG).	Serviço	82.888,67

13. Descrição da solução como um todo

13.1. Considerando que a elaboração da revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico certamente trará inúmeros benefícios para a comunidade local.

13.2. Neste sentido, analisando-se todos os aspectos mencionados acima, concluímos que a solução necessária para o Poder Público Municipal é a terceirização dos serviços, com a contratação de empresa especializada na área de engenharia e afins, a ser contratada mediante processo licitatório, com uma boa relação



PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCÊS

MUNICÍPIO DE MERCÊS - MG
CNPJ nº 17.744.442/0001-45

custo-benefício e maior economia para os cofres públicos, não restando dúvidas para esta equipe de planejamento. Estima-se, portanto, que tal contratação vem de encontro ao interesse público e como uma solução viável para a atualização dos planos de saneamento, se caracterizando como uma solução altamente viável e que vem de encontro para suprir as demandas desta Municipalidade e garantir o atendimento as legislações ambientais e federais pertinentes.

14. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

14.1. Conforme art. 18 § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação pretendida pode e deve ser dividida em apenas um item de contratação, tendo em vista que os serviços técnicos profissionais para a elaboração da revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico como um todo deve ser entregue e executado por uma única proponente, para satisfazer a garantia dos serviços, em caso de problemas na atualização dos planos de saneamento. Neste sentido, esclarecemos que nossa análise aponta para o NÃO PARCELAMENTO do objeto, não podendo ser executada de forma independente, fato que geraria dúvidas e erros de interpretação, afinal, isso deve estar sob a mesma responsabilidade, como etapas interligadas e não isoladas. Portanto, recomendamos a realização de processo licitatório, na modalidade de Pregão ou Concorrência, com o julgamento do tipo “menor preço unitário por item”, contemplando todos os serviços, em um único item de contratação e conforme o Memorial Descritivo em anexo, que detalha todas as especificações técnicas competentes.

15. Resultados pretendidos

15.1. Com os dados desta revisão, será possível realizar uma avaliação do atual estado do saneamento básico no Município de Mercês, identificando lacunas e requisitos. Com essa análise, torna-se viável estabelecer metas e objetivos em diferentes horizontes temporais para ampliar e aprimorar o acesso da comunidade aos serviços de saneamento ambiental. O planejamento desempenha um papel fundamental como instrumento estratégico de gestão, e com base nessas informações, é fundamental que as autoridades locais e os responsáveis pela gestão pública se comprometam com a melhoria do saneamento básico no município. A implementação de políticas eficazes, investimentos em infraestrutura e programas de conscientização são essenciais para garantir um ambiente saudável e de qualidade para todos os cidadãos. Ao priorizar o saneamento, não apenas se promove a saúde e o bem-estar da população, mas também se contribui para o desenvolvimento sustentável da comunidade como um todo. Juntos, é possível construirmos um futuro melhor e mais próspero para as próximas gerações.

15.2. A elaboração da revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico representa uma oportunidade para a participação da sociedade civil na construção de um modelo de gestão autossustentável, visando evitar o ônus para a população e reduzir os custos municipais. Além disso, é uma ocasião para corrigir as deficiências e distorções identificadas nas áreas em análise.

15.3. A contratação tem como objetivo selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal, respeitando a isonomia entre os licitantes e promovendo o desenvolvimento nacional sustentável. Essa escolha visa assegurar a alta qualidade dos serviços prestados e a custos mais reduzidos, o que contribui para a manutenção, padronização e redução dos gastos governamentais a longo prazo. Além disso, busca-se atender às necessidades da Municipalidade, oferecendo alternativas mais sustentáveis para o órgão público.

15.4. É fundamental ressaltar que a transparência e a ética devem permear todo o processo de contratação, garantindo a lisura e a confiabilidade da escolha realizada. Dessa forma, a participação de fornecedores qualificados e comprometidos com boas práticas é essencial para o sucesso da contratação. Ao valorizar a excelência na prestação de serviços e a responsabilidade socioambiental, a Administração Pública Municipal fortalece sua missão de promover o bem-estar da comunidade e o desenvolvimento sustentável do município. Assim, cada contrato firmado representa não apenas uma transação comercial, mas um passo significativo rumo a uma gestão eficiente e transparente, alinhada com os princípios da legalidade e da eficácia na utilização dos recursos públicos municipais.

16. Providências para adequação do ambiente do órgão



PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCÊS

MUNICÍPIO DE MERCÊS - MG
CNPJ nº 17.744.442/0001-45

16.1. A Prefeitura Municipal, estará acompanhando e fiscalizando as atividades e entregas conforme o Termo de Referência e Memorial Descritivo. As dúvidas quanto à interpretação de qualquer item do termo de referência, memorial descritivo e demais peças técnicas, bem como esclarecimentos sobre quaisquer incorreções ou mesmo informações adicionais, poderão ser obtidas diretamente no Centro de Serviços Públicos, não sendo necessário realizar grandes ajustes.

17. Análise de risco

17.1. Análise dos riscos relativos a contratação e a gestão do contrato, que inclui as ações para mitigar as probabilidades de ocorrência dos riscos ou seus impactos, caso se concretizem em eventos.

N	Descrição do risco	Causas	Consequências	Probabilidade ocorrência (P)	Impacto (I)	Ações de Mitigação	Responsáveis pelas ações de mitigação
1	Perda de habilitação e qualificação da contratada durante a vigência do contrato	Não cumprimento das obrigações contratuais quanto à habilitação e à qualificação	Atraso no Pagamento da contratada. Impossibilidade de continuidade do contrato. Realização de nova licitação	2 –Baixa	4 –Alto	Aplicar sanções previstas	Gestor de Contratos
2	Atraso e/ou demora na execução dos serviços	Falta de equipe técnica para realizar os serviços	Problemas na execução dos serviços. Notificação da Contratante	1–Muito Baixo	4 –Alto	Acompanhar a execução do contrato e aplicar sanções previstas	Gestor de Contratos
3	Entrega parcial dos serviços prestados	Falta de pessoal técnico ou responsabilidade da empresa, pandemia, guerra civil, guerra mundial	Impossibilidade da execução dos trabalhos	2 –Baixa	4 –Alto	Acompanhar a execução do contrato e aplicar sanções previstas	Gestor de Contratos
4	Falência da contratada	Falha na gestão administrativa e financeira da contratada	Indisponibilidade da execução dos serviços	2 –Baixa	4 –Alto	Fiscalização eficiente, a fim de prever o evento a partir de indícios ocorridos no decorrer do contrato e de indicar a necessidade de nova contratação	Gestor de Contratos
5	O processo resultar em DESERTO	Erro na elaboração do processo e/ou preços abaixo do mercado	O processo não gerou uma contratação	2 – Baixa	4 – Alto	Realização de novo processo corrigindo eventuais falhas e alteração dos valores	Secretaria solicitante
6	O processo resultar em FRACASSADO	Requisitos e exigências de habilitação excessivos ou em desacordo com a legislação	O processo não gerou uma contratação	1– Muito Baixa	4 – Alto	Realização de novo processo corrigindo eventuais falhas	Secretaria solicitante

Escala de Probabilidade (P) – Associação às chances do risco.

Descritor	Descrição	Nível
-----------	-----------	-------



PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCÊS

MUNICÍPIO DE MERCÊS - MG
CNPJ nº 17.744.442/0001-45

Muito Baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência.	1
Baixa	Evento casual e inesperado, muito embora raro, há histórico de sua ocorrência.	2
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante	5

Escala de Impacto (I) – Associação às consequências no caso de o risco ocorrer.

Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixa	Impacto insignificante nos objetivos.	1
Baixa	Impacto mínimo nos objetivos.	2
Média	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação.	3
Alta	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação.	4
Muito Alta	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação	5

18. Declaração da viabilidade ou não da contratação e considerações finais

18.1. O desenvolvimento do saneamento ambiental, através da atualização e revisão do plano municipal de saneamento básico é de grande valia e importância para a Municipalidade, vem de encontro ao interesse público e no atendimento da legislação federal. O PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico deve ser revisado e atualizado considerando a totalidade do território municipal, tanto na zona rural, quanto no perímetro urbano, integrando os quatro pilares do saneamento básico, quais sejam: abastecimento de água; esgotamento sanitário; manejo dos resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

18.2. Tal contratação se mostra altamente viável, justificável e necessário para a plena elaboração da revisão dos planos de saneamento, servindo como uma ferramenta de planejamento, apoio e gestão, visando a melhoria das condições ambientais e da qualidade de vida da população mercesana, de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável e a destinação de recursos para a realização de investimentos prioritários em saneamento básico, tornando-se economicamente viável e ambientalmente correto.

Mercês, 20 de maio de 2025.

Luiz Carlos de Castro
Chefe do Departamento de Meio Ambiente